

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/40981	53924/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - DGE [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

CPE.19.23.DMOSM - Musealização da Área das Carvalheiras - Área Arqueológica, Centro de Interpretação e Área Envolvente - Reposição do equilíbrio financeiro do contrato

Propõe-se a aprovação, pela Câmara Municipal, do valor de 69.641,73€, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, a título de indemnização devida à prorrogação de prazo, com vista à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do previsto nos artigos 282º e 354º do CCP, para o que foram previamente emitidos o cabimento e compromisso, tudo conforme os documentos que se anexam.

Anexos:

- 1- Informação técnica
- 2- Cabimento
- 3- Compromisso

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**CPE.19.23.DMOSM – MUSEALIZAÇÃO DA ÁREA DAS CARVALHEIRAS – ÁREA
ARQUEOLÓGICA, CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E ÁREA ENVOLVENTE**

I. CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO

1.1. A Entidade Executante, através do registo de entrada n.º 2025-E-RE-22697 de 07/10/2025, apresentou um pedido de **Indemnização para Reposição do Equilíbrio Financeiro do Contrato** da empreitada “Musealização da Área das Carvalheiras - Área Arqueológica, Centro de Interpretação e Área Envolvente” na sequência dos 60 dias de prorrogação de prazo concedidos no âmbito da aprovação da 2.ª modificação objetiva do contrato.

1.2. A quantificação realizada pela entidade executante incidiu nos artigos contratuais referentes aos trabalhos de manutenção de estaleiro (artigo 1.1.2 do MQT), plano de segurança e saúde (artigo 1.1.3 do MQT), plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (artigo 1.1.4 do MQT), sinalização temporária (artigo 1.3 do MQT) e acompanhamento de topografia (artigo 1.6 do MQT), e **totalizando o valor de 70.802,44 €.**

No anexo 01, encontra-se o ofício (fundamentação e cálculo) do presente pedido de indemnização para reposição do equilíbrio financeiro do contrato por prorrogação de prazo da empreitada, solicitado pela Entidade Executante.

II. DATAS CHAVE DA EMPREITADA

- 2.1. De seguida registam-se as principais datas chave da empreitada:
- a) O contrato da empreitada foi celebrado em **19/02/2024.**
 - b) O contrato obteve o visto do tribunal de contas em **26/04/2024.**
 - c) A aprovação do plano de segurança e saúde ocorreu em **01/07/2024.**
 - d) A consignação da empreitada ocorreu em **02/07/2024.**
 - e) O prazo de execução dos trabalhos da empreitada eram **18 meses.**



- f) A data inicialmente prevista para a conclusão dos trabalhos da empreitada era **02/01/2026** (nos termos do disposto na alínea c) n.º 1 do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos).
- g) Foi concedida uma prorrogação de prazo de **60 dias** pelo 2.º adicional à empreitada.
- h) A data prevista para a conclusão dos trabalhos da empreitada (2.º adicional) é **03/03/2026**.

III. INFORMAÇÃO TÉCNICA

- 3.1. A reposição do equilíbrio financeiro do contrato, tratado de forma ampla e abrangente no artigo 282.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), mas de forma particular para as empreitadas de obras públicas no artigo 354.º do mesmo diploma, é um mecanismo destinado a assegurar, ao cocontratante, o respeito da equação económico-financeira subjacente à base contratual, sempre que a mesma tenha sido desequilibrada.
- 3.2. No presente caso, por força da 2.ª modificação objetiva do contrato, traduzidas em trabalhos complementares com direito a prorrogação de prazo da empreitada, devidamente fundamentada e aprovada pelo órgão competente, os pressupostos inicialmente outorgados foram alterados, colocando em causa a equação económico-financeira subjacente.
- 3.3. O prazo inicial da empreitada (18 meses) foi prorrogado por 60 dias devido a trabalhos complementares referentes à 2.ª modificação objetiva do contrato da empreitada (cf. informação técnica n.º 2025-24532 de 24/09/2025).
- 3.4. O presente pedido de indemnização para reposição do equilíbrio financeiro do contrato por prorrogação de prazo, refere-se às despesas relacionadas com manutenção de estaleiro (artigo 1.1.2 do MQT), plano de segurança e saúde (artigo 1.1.3 do MQT), plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (artigo 1.1.4 do MQT), sinalização temporária (artigo 1.3 do MQT) e acompanhamento de topografia (artigo 1.6 do MQT), no período correspondente à prorrogação de prazo concedida devido aos trabalhos complementares (60 dias).
- 3.5. Os artigos mencionados na alínea anterior, estão contabilizados no mapa de quantidades de trabalhos (MQT), com valores globais para os 18 meses do prazo inicial da empreitada (correspondente a 549 dias). Na tabela seguinte, encontra-se o cálculo dos valores unitários diários e respetivos valores totais.



CAP. I	TRABALHOS PREPARATÓRIOS E ACESSÓRIOS	UN	VALOR TOTAL (18 MESES)	VALOR UNITÁRIO (DIÁRIO)	VALOR TOTAL (60 DIAS)
1.1	Montagem e desmontagem de estaleiro, incluindo acessos, ramais de água, esgotos, eletricidade e telefone, manutenção global do estaleiro durante a execução dos trabalhos, desmontagem global do estaleiro no final dos trabalhos da empreitada, repondo as condições iniciais do local, incluindo todos os trabalhos e fornecimentos acessórios e/ou complementares				
1.1.2	Manutenção de estaleiro	vg	627 033,60 €	1 142,14 €	68 528,26 €
1.1.3	Desenvolvimento, implementação e atualização do Plano de Segurança e Saúde (PSS), nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, incluindo os meios humanos, materiais e equipamentos.	vg	2 629,36 €	4,79 €	287,36 €
1.1.4	Desenvolvimento e implementação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), nos termos do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, com a redação dada pela Lei n.º 52/2021, de 10 de agosto, incluindo os meios humanos, materiais, equipamentos e transportes a operador licenciado.	vg	3 246,99 €	5,91 €	354,86 €
1.3	Sinalização temporária de trabalhos dentro e fora da área de intervenção, sempre de acordo e em função dos equipamentos a utilizar na via pública, nos termos do Decreto Regulamentar 22A/98 de 01 de outubro referente a sinalização vertical e horizontal e outros equipamentos necessários, incluindo o seu fornecimento, implantação e colocação, bem como os demais trabalhos necessários	vg	1 306,32 €	2,38 €	142,77 €
1.6	Apoio e acompanhamento de técnico de serviços de topografia, para implantação geral e apoio a todos os trabalhos da empreitada.	vg	3 005,58 €	5,47 €	328,48 €
				TOTAL	69 641,73 €

3.6. Assim, tendo em consideração a prorrogação de prazo concedida (60 dias) que, efetivamente, confere ao empreiteiro o direito a indemnização para reposição do equilíbrio financeiro do contrato por prorrogação de prazo, o valor da indemnização e reposição do equilíbrio financeiro por prorrogação de prazo da empreitada, totaliza o valor de **69.641,73€ + IVA** (sessenta e nove mil, seiscentos e quarenta e um euros e setenta e três cêntimos).



IV. PROPOSTA

- 4.1. Face ao atrás exposto, sem prejuízo de outras questões que se possam verificar, propõe-se a **aprovação**, pela Câmara Municipal, do pedido de **indenização para reposição do equilíbrio financeiro do contrato por prorrogação de prazo da empreitada**, no valor total de **69.641,73€ + IVA** (sessenta e nove mil, seiscentos e quarenta e um euros e setenta e três cêntimos).
- 4.2. Com vista à autorização, deve proceder-se ao registo do **cabimento prévio e respetivo compromisso**, relativo ao encargo total de **69.641,73€**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Braga, 05 de novembro de 2025

